



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638726 - SC (2021/0001965-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : FELIPPE DE SOUZA LAURENTINO E OUTROS
ADVOGADOS : FELIPPE DE SOUZA LAURENTINO - SC041704
GREYCE KELLY LOPES LAURENTINO - SC039143
AGATA CRISTINI DE SOUZA E SILVA - SC053037
FERNANDO CAETANO - SC045820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DIEGO PECANHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO PECANHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (5027130-36.2020.8.24.0000).

O paciente está preso preventivamente, pelo suposto cometimento das condutas descritas nos art. 121, § 2º, incisos I, III, e IV, c/c art. 29, *caput*, todos do Código Penal e o disposto no art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/13.

Sustenta o impetrante que a decretação da prisão preventiva foi baseada em argumentos genéricos e não logrou demonstrar que a liberdade do ora paciente pudesse colocar em risco a ordem pública ou comprometer a instrução criminal. Aduz que o réu é primário e de bons antecedentes e que não foi demonstrada sua periculosidade. Alega que não há risco para a instrução criminal, já que o paciente teria, inclusive, entregado espontaneamente o celular da vítima à autoridade policial. Defende, por fim, que o paciente faria jus à aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, as quais seriam suficientes para garantir a tutela das provas.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva, a fim de que o paciente aguarde o julgamento em liberdade, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da privação de liberdade, além do trancamento da ação penal, ante a inexistência de justa causa para seu prosseguimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 629.134/SC.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente